

2008/04/02

## A RELEVÂNCIA ESTRATÉGICA DO PODER AÉREO NUMA APROXIMAÇÃO ÀS OPERAÇÕES BASEADA EM EFEITOS[1] (PARTE II)

João Vicente

### 5. O Poder Aéreo como incentivador de uma capacidade EBAO nacional

Para Portugal, como pequeno poder[2] com recursos limitados, é importante ter capacidade, e vontade política, para colaborar como parceiro de coligação, em operações de combate de baixa intensidade e missões de resposta a crises e de apoio à paz[3]. Quando falamos em pequeno poder referimos não só o tamanho mas também a capacidade de absorver a tecnologia e usá-la de uma forma óptima[4]. O verdadeiro desafio consiste em obter as capacidades necessárias e empregá-las em operações nacionais e de coligação[5].



António Telo adianta que o nível de decisão internacional, nesta era de soberania partilhada, reflecte a capacidade de participação militar em operações internacionais, mesmo em números reduzidos[6]. Seguindo o seu conselho, sustentamos ao longo deste estudo que a resposta para uma participação credível será o desenvolvimento de capacidades nicho com o requisito básico de interoperabilidade técnica e doutrinária com os meios aliados.

No entanto, o conceito de participação em operações internacionais em coligação pode ser bastante abrangente. Pode incluir o fornecimento de uma força independente, capaz de desempenhar uma gama alargada de funções operacionais com os seus próprios recursos em apoio dos objectivos da coligação, até ao fornecimento de elementos que dependem de recursos de outras nações para o sucesso da missão.

Para além disso teremos de ser capazes de efectuar operações de forma isolada sempre que o interesse nacional assim o requeira, sem apoio externo[7]. Para isso será necessário possuir uma panóplia abrangente de capacidades militares que permitam a execução das operações de forma eficaz. Estes dois extremos parecem paradigmáticos, pois têm diferentes requisitos de interoperabilidade e conseqüentemente implicações distintas no planeamento de defesa. Para um pequeno poder, é certamente impossível conseguir maximizar estas duas vertentes. Não havendo recursos para tudo, quais as capacidades prioritárias? Esta é a pergunta para a qual não existirá com certeza consenso.

Na impossibilidade física de abordar, neste estudo, de forma transversal todas as vertentes de poder militar nacional, concentramos a nossa análise na hipótese avançada relacionando-a com o Poder Aéreo nacional, numa tentativa de perscrutar um possível futuro.

#### 5.1. Emprego de Forças Nacionais

Analisando em retrospectiva o passado recente será importante lembrar que Portugal empregou de forma transversal ao espectro de conflito, durante 13 anos, todos os instrumentos de poder nacional disponíveis, numa guerra travada num espaço de batalha disperso. Portugal projectou forças para 3 teatros de operação e em 1974 tinha cerca de 148.000 militares destacados e mais de 150 aeronaves. Em termos comparativos, despendeu um esforço 9 vezes superior aos EUA durante a Guerra do Vietname[8]. Sofreu mais de 8.000 baixas e mais de 112.000 feridos. Este conflito deixou marcas severas na sociedade, política e economia, afectando seriamente a evolução das Forças Armadas Portuguesas.

Durante os últimos 20 anos as nossas forças militares foram destacadas, sob comando nacional, das Nações Unidas, da NATO ou União Europeia, para cenários remotos desde Timor-leste, o Kosovo, a Bósnia, o Iraque, o Afeganistão, o Saara Ocidental, a Republica Democrática do Congo, o Líbano entre outros, desempenhando missões desde prevenção de crises a estabilização pós-conflito ou operações de combate de baixa intensidade[9].

Considerando o emprego de Poder Aéreo nacional em operações fora do Espaço Estratégico de Interesse Nacional (EEIN)[10], é possível inventariar 87 eventos, no período de 1984 a 2006[11], onde a Força Aérea Portuguesa (FAP) participou como “actor activo na promoção da paz e segurança, de acordo com as opções e decisões políticas consideradas mais adequadas ao

interesse nacional”[12].

No seguimento destas políticas, a FAP enviará a partir de Novembro de 2007 um destacamento aéreo de 4 F-16, e uma equipa de controladores aéreos, para a Lituânia, no âmbito das missões de Policiamento Aéreo que decorrem sob a égide da NATO[13].

Neste novo quadro dual de Segurança Humana e Cooperativa[14], o envolvimento nacional resulta de variadas opções de emprego de forças (global, transversais ao espectro de conflito, conjuntas, combinadas, multi-agências). Foi esta definição alargada de Segurança que implicou o processo actual de Transformação da Defesa, promovendo a redução, especialização e aumento de eficácia e eficiência das forças militares.

## 5.2. O Roteiro da mudança

À semelhança das suas congéneres a Força Aérea encetou um processo de redimensionamento da estrutura da força e do dispositivo, ao reduzir o número de efectivos de 22.000 em 1973 para 8.800 na actualidade. Em igual período reduziu o número de aeronaves de 400 para 127 e desactivou 3 Bases Aéreas[15]. Convém referir que a Transformação em Curso na FAP, para responder à emergência de novas ameaças e ao novo conceito de operações nacional e NATO - uma aproximação baseada em efeitos, implicou uma diminuição temporária das capacidades atribuídas a missões da NATO ou União Europeia. Isto deve-se ao facto da modernização e introdução no inventário de vários sistemas de armas, que pela sua complexidade implicam uma redução de prontidão de meios[16].

Este esforço está a ser feito em linha com a NATO e União Europeia, envolvendo uma trindade de Processos (incluindo Política, Doutrina e Estratégia), Organização e Tecnologia (que envolve Equipamento, Infra-estruturas e Capacidades).

Nada disto é barato. No entanto se considerarmos o princípio de que a grande maioria dos resultados são consequência de um número reduzido de acções[17], e pressupondo o desequilíbrio entre causas e efeitos e entre acções e objectivos, somos alertados para concentrar os nossos esforços nas actividades que terão maior influência nos resultados desejados. É possível compreender que algumas iniciativas não serão tão dispendiosas, se tivermos em consideração os efeitos desejados. Ao apostarmos nos nichos de capacidade deficitários da NATO/UE estaremos a apostar no aumento de relevância nacional como parceiros efectivos de uma coligação.

Não será necessário alterar tudo para alcançarmos as nossas ambições. Tendo em mente um desenvolvimento de capacidades com ligação possível em rede com os nossos parceiros, será possível concretizar o nível de empenhamento político desejado. Procurando integrar as necessidades para dar cumprimento à missão estabelecida superiormente[18], e tendo em perspectiva os requisitos para uma contribuição efectiva para operações de coligação (NATO, UE, Nações Unidas ou coligações ad hoc), a FAP direccionou o seu esforço de Transformação.

Partindo do pressuposto de que o sucesso de uma operação está dependente das capacidades empregues (sistemas de armas e seus operadores) e da capacidade de gerar, projectar, sustentar, controlar e comandar essas capacidades em teatros de operações longínquos, então a questão fundamental reside na determinação das capacidades militares prioritárias segundo um conceito “plug&fight”, onde componentes oriundas de diversos países são interoperáveis efectivamente em conjunto na execução das missões e tarefas atribuídas[19].

Tendo em perspectiva o emprego do Poder Aéreo nacional, de forma eficaz e credível, e relacionando-o com os requisitos essenciais para condução de operações aéreas em coligação, poderemos avançar alguns dos factores chave que permitam aumentar a nossa capacidade de empreender EBAO, alguns dos quais inscritos como prioridades na Lei de Programação Militar (LPM), como o melhoramento de capacidades de comando e controlo, mobilidade, eficácia, sobrevivência e destacamento de forças[20].

Nesse âmbito destacam-se os seguintes programas[21]:

- Completar o programa da Defesa Aérea integrada do Território Nacional, incluindo o Continente e as Ilhas Atlânticas[22];
- Assegurar a possibilidade de poder destacar a nível Nacional e Multinacional a Capacidade aérea. Este programa engloba a modernização de um conjunto de doze aviões F-16, capazes do emprego de munições inteligentes, e de operações em ambientes complexos de Comando e Controlo. Deve estar terminado em 2011;

· Melhoria da capacidade de Busca e Salvamento, com a entrada em serviço do helicóptero EH-101, deve estar terminado no final deste ano;

· A capacidade de “Combate SAR” deve ser alcançada em 2009, com helicópteros EH-101 equipados especificamente;

· Modernização do avião de Transporte Médio, que vai expandir a disponibilidade nacional de transporte estratégico, até 2015.

- Capacidade de combate em condições “all-weather” e com danos colaterais reduzidos através da aquisição de armamento de precisão e “targeting pods”;
- Melhoria da capacidade de patrulhamento marítimo com a actualização da frota de P-3C até 2012;
- Melhoria substancial na capacidade de transporte tático com a entrada ao serviço do avião C-295 que deverá estar completa em 2009;
- Aquisição de equipamentos de detecção, protecção individual e descontaminação que permitem a sobrevivência de forças em áreas contaminadas.

O roteiro de mudança está assim estabelecido, no entanto convém salientar alguns dos esforços que concorrem para reforçar a capacidade nacional em empreender EBAO.

A capacidade de simulação, considerada fundamental para a experimentação de novos conceitos e treino de operações é uma das vertentes com maior potencial de desenvolvimento, através do recurso aos “jogos de guerra” e simulações de combate aéreo.

Concorre para esse desiderato o projecto de “F-16 Distributed Mission Training”. Este sistema de treino virtual permite a integração em rede de diferentes sistemas de armas e tripulações, em locais geograficamente separados, num complexo cenário de combate, sem restrições de espaço aéreo associadas à operação real em tempo de paz. Podem também ser injectadas diversas ocorrências de acordo com a variedade de perspectivas operacionais que estejam a ser treinadas. Esta capacidade está a ser analisada por um grupo de trabalho da NATO, denominado SMART (Simulator Mission And Rehearsal Training), com o intuito de dotar as forças integrantes da NRF de uma ferramenta de treino e preparação para os requisitos operacionais. Espera-se que esta capacidade esteja disponível para a frota nacional de F-16 pelo ano de 2013.

Compreendendo a crescente importância da função dos UAV como plataforma de recolha e partilha de informação, a FAP criou uma estrutura tecnológica de pesquisa e desenvolvimento nesta área[23].

No âmbito da capacidade de Comando e Controlo, em particular na ferramenta de Imagem Operacional Comum[24], destaca-se o desenvolvimento do programa NATO ACCS[25].

As nações com recursos escassos deparam-se individualmente com dificuldades em projectar forças credíveis no exterior, pelo que a cooperação permite a partilha de módulos de capacidade racionalizando os meios empregues. Os programas cooperativos e colaborativos promovem sinergias e traduzem-se numa capacidade operacional superior à soma das partes. Isso mesmo se verifica no projecto de forças aéreas europeias[26] (Dinamarca, Bélgica, Holanda, Portugal e Noruega) que operam o sistema de armas F-16M e na capacidade conjunta “Expeditionary Air Wing” constituída como uma Unidade Aérea Multinacional com capacidade auto-sustentada para equipar e operar um destacamento de F-16M, contribuindo para a aplicação eficaz do Poder Aéreo.

Nesta perspectiva se destacam os programas de melhoramentos da frota de F-16, como por exemplo a inclusão dos sistemas JHMCS, NVG e TGP[27], essenciais saltos tecnológicos para aumentar a relevância da FAP, mantendo o nível operacional dos parceiros NATO. Estes sistemas são essenciais para o aumento de eficácia com “particular ênfase nas missões de Apoio Aéreo Próximo, a principal missão executada em todos os conflitos da última década”[28].

Os programas e capacidades apresentadas permitem verificar uma convergência doutrinária e tecnológica com as melhores práticas internacionais, inferindo que as capacidades inscritas nas LPM, se concretizados, contribuem para validar a hipótese avançada de que a relevância internacional de Portugal está dependente da sua participação credível em coligações aliadas, possível através do desenvolvimento de capacidades nicho com o requisito básico de interoperabilidade técnica e doutrinária com os meios aliados.

Não poderemos esquecer que para operar uma capacidade na sua plenitude operacional é necessário que a Estratégia Genética indispensável para a sua definição e edificação, tenha em consideração, para além dos custos de aquisição, os recursos necessários para a sua operação e sustentação[29]. Por exemplo, algumas dessas capacidades requerem operadores altamente

especializados e treinados, implicando esforços adicionais no recrutamento, formação e treino. É nesta dimensão humana, por vezes esquecida, que reside a chave do sucesso para empreender de forma eficaz as operações baseadas em efeitos.

### 5.3. Dimensão Humana: A chave do sucesso

Para ter sucesso nesta nova Era, devemos melhorar a nossa capacidade de produzir e disseminar novas ideias[30]. Acima de tudo, o maior investimento deverá ser feito nas pessoas, pois ainda são elas que controlam os processos. São elas que operam as tecnologias. São elas que atribuem sentido à informação transformando-a em conhecimento utilizável. E são elas que tomam as decisões. Nesta Era em que uma acção pode ter efeitos globais torna-se necessário que os “Guerreiros do Conhecimento” tenham competências abrangentes. Para além de serem inovadores, precisam de promover a colaboração e partilha de informação, fomentando a agilidade na tomada de decisões. Para que isto seja possível torna-se necessária uma formação profissional contínua assente em sistemas de simulação.

É importante salientar que a interoperabilidade não se refere apenas à compatibilidade tecnológica entre sistemas, mas deve corresponder num nível mais amplo a uma convergência doutrinária e organizacional. A doutrina, a organização, as técnicas, as tácticas, os procedimentos, a educação e treino, são todos módulos de capacidade em que importa garantir interoperabilidade com os aliados.

Neste âmbito, a educação contribui para a emergência da desejada interoperabilidade humana, procurando incutir uma maior sintonia de pensamento, uma partilha de ideias fundamentais e uma predisposição em procurar e encontrar novas aproximações para resolução de problemas comuns. A educação, como componente crítico da gestão da mudança, tem como função auxiliar os militares a “entender como o mundo está mudado e a capacitá-los a determinar como as forças armadas têm de mudar para encaixar-se neste novo mundo”[31]. Compartilhamos da opinião de Steven Kenney quando insiste na função dos Institutos de Ensino Militar como “incubadoras da inovação” e “bastiões de pensamento independente”, onde é possível questionar as práticas e as teorias, sob protecção institucional para uma liberdade académica e intelectual do corpo docente[32].

Enquanto o treino pretende dotar os indivíduos da proficiência necessária para resolverem situações de rotina, a educação visa fomentar a capacidade de responder e adaptar-se ao futuro imprevisível, complementando a experiência[33]. Esta educação deverá ser feita em duas fases distintas. Em primeiro lugar, de modo a familiarizar os agentes que podem incutir um espírito de mudança na organização (nomeadamente os escalões superiores). Posteriormente deverão ser desenvolvidas acções de formação para aprofundar os aspectos das EBAO e as potencialidades da partilha de informação. É segundo esta perspectiva de Centros de Excelência académica, que se preparam os “Guerreiros do Conhecimento”.

Nesse âmbito foi estabelecido um Centro de Estudos Avançados, sob dependência da Academia da Força Aérea, cuja missão consiste no desenvolvimento, análise e disseminação de doutrina, estratégia e conceitos relacionados com o Poder Aéreo, contribuindo para a difusão dos conceitos de forma transversal à organização, salientando-se a sua estreita ligação com a NATO e o “Office of Force Transformation” americano reflectida nos vários cursos organizados sobre operações em rede[34].

A investigação e inovação são características nucleares para uma organização militar. Deve por isso incutir-se uma cultura organizacional que incentive a investigação e disseminação de conhecimento relacionado com o emprego do Poder Aéreo, contribuindo desta forma para exponenciar o potencial estratégico nacional. Para além disso, e segundo Adriano Moreira, “Portugal precisa de estar nos centros de decisão, com a visível consistência correspondente aos seus meios, mas com a formação dos seus agentes ao nível da excelência, para que essa participação seja mundialmente válida e reconhecida”[35]. Também isto e acima de tudo, se aplica às FFAA, pois estas “devem continuar a ser um instrumento de sustentação dessa fronteira de excelência”[36].

## 6. Conclusão

O Poder Aéreo é uma ferramenta essencial para a manutenção da Segurança e estabilidade, na medida em que, fruto das suas características e capacidades, fornece alternativas flexíveis de emprego de força de forma transversal ao espectro de conflitos, quer pela aplicação rápida e precisa de poder de combate, quer pelo apoio prestado em operações de estabilização e de auxílio a catástrofes. Através da manutenção do controlo do ar permite a efectivação do transporte aéreo estratégico e táctico necessários para as operações humanitárias de evacuação. Nas operações de prevenção de conflitos e manutenção de paz funciona como um instrumento de dissuasão, apoiando as autoridades e organizações participantes, contribuindo para um aumento das opções de

resposta em situações de imposição de paz. Ao fornecer a capacidade de vigilância e reconhecimento contribui para um processo de decisão mais rápido e eficaz. Não nos poderemos esquecer, que hoje, como outrora, a superioridade aérea é um requisito essencial para o deslocamento e emprego de forças terrestres na área de operações.

A capacidade demonstrada ao longo dos tempos de resposta rápida e flexível aos inúmeros conflitos, parece garantir ao Poder Aéreo do futuro, o estatuto político de instrumento de primeira escolha para influenciar as crises internacionais.

Ao relacionarmos estas necessidades com o carácter dos conflitos verificamos que para se ter sucesso neste novo ambiente de Segurança terá de se renovar a ênfase nas dimensões Diplomáticas, Políticas, Sociais, Económicas, Informativas, Infraestruturais, assim como na componente Militar. Isto só é possível com uma nova aproximação às Operações Baseada em Efeitos.

O conceito EBAO está a ganhar relevância através das arenas políticas e militares, tanto ao nível estratégico como operacional, como uma forma de obter eficiência máxima na aplicação de todos os instrumentos de poder. No entanto existem diferenças substanciais na compreensão da tradução do conceito em capacidades e do seu emprego ao nível tático.

A condução de operações de âmbito multinacional requer a utilização de forças expedicionárias conjuntas com elevada capacidade de projecção e sustentação. O desafio actual reside na capacidade de transformar as estruturas de defesa, apetrechando-as com forças de resposta rápida, dotadas de superioridade informacional e de decisão, procurando criar os efeitos desejados.

Em todas as actividades humanas, a Guerra como produto de cada época, é do ponto de vista militar, aquela onde o controlo e a procura da superioridade informacional proporcionam uma vantagem definitiva e irreversível. É por isso importante compreender quais as estratégias predominantes e tentar prospectar um futuro possível. Para aqueles que planeiam a aplicação das operações baseadas em efeitos, as respostas são essenciais mas incertas.

Em suma, ao aplicar os padrões, arquitecturas, metodologias e conceitos NATO, a FAP continuará a adaptar a sua organização no sentido de uma aproximação baseada em efeitos. A dinâmica proporcionada pela modernização e aquisição de novos sistemas de armas, fornece-nos capacidade para contribuir activamente na arena internacional, propagando de forma transversal à organização novos conceitos e metodologias de emprego operacional. Desta forma, à medida que vamos participando em exercícios, jogos de guerra, projectos multilaterais, operações conjuntas, ou mesmo pela nossa participação na estrutura de comando da NATO, estamos permeáveis a esta nova cultura.

É uma jornada colossal, mas o nosso sucesso depende de uma nova geração de entusiásticos oficiais que de uma forma propositada cultivam a inovação como um valor central. É por isso um dado adquirido que o aspecto fundamental das EBAO reside na dimensão humana, e em todos os valores associados como a liderança, a cultura, a educação e o treino. O modo como partilhamos e interpretamos a informação influencia directamente a nossa forma de actuar. Este é por isso o maior desafio: mudar a cultura dos decisores e dos executantes enquanto se procura adaptar à constante evolução de processos e tecnologias.

Estamos a tentar planear para uma gama de ameaças futuras para as quais não possuímos uma apurada capacidade de previsão. Tal como não conseguimos prever os acontecimentos das duas últimas décadas, também nada nos garante que o consigamos fazer para as próximas duas. Este é um princípio inalterável: a complexidade e incerteza da Guerra serão sempre imutáveis. Poderemos é tentar cultivar uma maior flexibilidade e agilidade para resolver possíveis crises futuras, de preferência aprendendo com os erros do passado.

Em vez de caminharmos no sentido das operações de alta intensidade é possível que a estratégia baseada em efeitos facilite a resolução de conflitos no lado oposto do espectro. Dá-nos a flexibilidade de saber mais sobre o problema e optar com maior eficiência por uma solução não destrutiva, condicionando dessa forma o comportamento do adversário.

Será este o futuro da Guerra?

#### BIBLIOGRAFIA

AITKEN, Larry – Network Centric Warfare: just another dot.com? Toronto: Canadian Forces College, 2003.



AJP-01(B) – Allied Joint Doctrine. Brussels: NATO, 2002.

ARAÚJO, Luís – A visão prospectiva da Força Aérea Portuguesa. Air & Space Power Journal. Montgomery: CADRE. (2º Trimestre de 2005) 21-23.

– Discurso no 55º Aniversário da FAP. Beja: Julho 2007.

– The right effect at the right place. NATO Nations and Partners for Peace. Issue II/2007. Mönch Publishing Group.

BAPTISTA, Francisco – Portugal e as suas Forças Armadas. Apresentação aos Adidos Militares acreditados em Portugal. Lisboa: Estado-Maior General das Forças Armadas, Maio de 2006.

BOWIE, Christopher; HAFFA, Robert; MULLINS, Robert – Trends in future warfare. Joint Force Quarterly. Washington D.C.: Institute for National Strategic Studies. Nº 35 (Autumn 2004) 129-133.

CASTELLS, Manuel – O fim do milénio. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

CLAUSEWITZ, Carl – On War. [Em linha]. Tradução de J.J. Graham, publicado por N. Trübner, Londres, 1873. [Consult. 28 Ago. 2007]. Disponível na WWW: <URL: [http://www.clausewitz.com/CWZHOME/On\\_War/ONWARTOC.html](http://www.clausewitz.com/CWZHOME/On_War/ONWARTOC.html)>.

Clingendael Centre for Strategic Studies – Air Force and Transformation. July 2006.

COBBOLD, Richard – Warfare in the 21st century.[Em linha]. 2006. [Consult. 18 Ago. 2007]. Disponível na WWW: <URL: <http://psi.praeger.com/doc.aspx?d=/commentary/cobbold-20061120-cobbold-20061120.xml>>

Conceito Estratégico de Defesa Nacional. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, 2003.

COSTA, António; MATOS, Madrugá; SILVA, Carlos – ANTEX-M. Revista Mais Alto. (Setembro/Outubro 2005) 2-8.

DAS, Balaram – Effects-Based Operations: Simulations with Cellular Automata. Edinburgh, South Australia, Australia, Information Sciences Laboratory, Defence Science and Technology Organisation, June 2004.

Decreto-Lei n.º 51/93, de 26 de Fevereiro

EUGÉNIO, António – A participação da Força Aérea em Missões de Paz. Acta de Seminário “A participação portuguesa em Missões de Paz” na Fundação Mário Soares, 18 de Maio de 2007. [http://www.fmsoares.pt/iniciativas/ilustra\\_iniciativas/2007/000557/Default.asp](http://www.fmsoares.pt/iniciativas/ilustra_iniciativas/2007/000557/Default.asp)

EURAC Air Power Paper – A European Perspective On Air Power. Paris, 2001.

FERREIRA, João – Portugal: os conflitos militares dos últimos trinta anos. [Em linha]. Revista Militar. Lisboa: Empresa da Revista Militar. Nº 2437/2438 (Fev/Mar de 2005). [Consult. 18 Ago. 2007]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=46>>.

GRANT, Rebecca – The Kosovo campaign: aerospace power made it work. Arlington: Air Force Association, 1999.

HAMILTON, Daniel ed. – What is Transformation and what does it mean to NATO? In Transatlantic Transformations: equipping NATO for the 21st century. Washington DC.: Center for Transatlantic Relations, 2004. p. 3-24.

HEISBOURG, François – Europe’s military revolution. Joint Force Quarterly. Washington D.C.: Institute for National Strategic Studies. Nº 30 (Spring 2002) 28-32.

KAGAN, Robert – O paraíso e o poder. Lisboa: Gradiva, 2003.

KENNEY, Steven – A educação profissional militar e a emergente Revolução nos Assuntos Militares. Air & Space Power Journal. Montgomery: CADRE. (1º Trimestre 97) 22-37.

LIANG, Qiao; XIANGSUI, Wang – Unrestricted Warfare. [Em linha]. Tradução da CIA. [Consult. 15 Jul. 2007]. Disponível na WWW: <URL: [em www.terrorism.com/documents/TRC-Analysis/unrestricted.pdf](http://www.terrorism.com/documents/TRC-Analysis/unrestricted.pdf)>.

LORENZ, Stephen – Transforming Air Force Education for the Long War and Beyond. Air & Space

Power Journal. Montgomery: CADRE. (Summer 07).

LUDDY, John – The challenge and promise of Network-Centric Warfare. Arlington: Lexington Institute, 2005.

MOREIRA, Adriano – Segurança e Defesa no Ensino Superior. Nação e Defesa. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional. Nº 116 (Primavera 2007) 73-79.

NATO – Comprehensive Political Guidance. [Em linha]. Riga, 2006. [Consult. 18 Ago. 2007]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.nato.int/docu/basicxt/b061129e.htm>>.

NATO MCM-0052-2006 - MC Position on an Effects Based Approach to Operations. Brussels: 2006.

PECK, Allen – O Papel Crucial do Poder Aéreo na Guerra Irregular. Air & Space Power Journal. Montgomery: CADRE. (3º Trimestre 2007).

PEREIRA, João – Novas capacidades para o F-16MLU. Revista Mais Alto. JUL/AGO 2007.

PETERSON, Michael – Effects-Based Net-Centric Operations. Apresentação no Seminário Alfredo Kindelan, Madrid: 20 Novembro de 2006.

Programa do XVII Governo. [Em linha]. [Consult. 28 Ago. 2007]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.mctes.pt/docs/ficheiros/ProgramaGovernoXVIICompleto.doc>>.

READ, Robyn – Effects-Based Airpower for Small War. Air & Space Power Journal. Montgomery: CADRE. (Spring 2005).

ROSEN, Stephen – The future of War and the American Military. Harvard Magazine, Volume 104, Nº 5 May-Jun 2002.

STOLBERG, Alan – The International System in The 21st Century. Guide to National Security Policy and Strategy. Edited by J. Boone Bartholomees, Jr. - Department of National Security and Strategy. pp 3-14.

TELO, António – Portugal e a Transformação da Defesa. In MONSANTO, Ricardo; GARCIA, Francisco, coord. – Seminário “Portugal e a Transformação na Segurança e na Defesa”. Lisboa: AMIAEM, 2004. p. 19-38.

TOMÉ, Mário – artigo de opinião. Jornal Público, 29 Setembro 2003.

VICENTE, João – Guerra em Rede: Portugal e a Transformação da NATO. Prefácio, 2007.

WARNE, Leoni [et al.] – The network centric warrior: the human dimension of Network Centric Warfare. Edinburgh: Defence Science and Technology Organization, 2004.

WESTERN EUROPEAN UNION – Report On Rapidly Deployable European Air Forces. Defence Committee of Western European Union. Paris, 2003.

WIJK, Rob de – The implications for force transformation: the small country perspective. In HAMILTON, D., ed. - Transatlantic Transformations: equipping NATO for the 21st century. Washington D.C.: Center for Transatlantic Relations, 2004. p. 115–146.

WITHER, James – European Security and Private Military Companies: The Prospects for Privatized Battlegroups. Connections: The Quarterly Journal, PfP Consortium, Vol. 4, No. 2, Summer 2005, pp. 107 - 126.

[1] Texto originalmente publicado pelo Instituto Português da Conjuntura Estratégica “Estratégia, Volume XVII” de 2008.

[2] Considerando as capacidades expedicionárias de combate, pode-se afirmar que Portugal se encontra no grupo de países aptos apenas para contribuir para missões de estabilização, através da participação em capacidades colectivas. WIJK, Rob de – The implications for force transformation: the small country perspective.

[3] Tendo em conta a determinação de consolidar a posição de Portugal como um produtor internacional de Segurança.

[4] Clingendael Centre for Strategic Studies – Air Force and Transformation, p.8.

[5] Idem.

[6] TELO, António – Portugal e a Transformação da Defesa. pp. 36-37.

[7] Nesse âmbito foram efectuadas várias operações de larga escala (considerando os recursos nacionais) como a extracção de cidadãos nacionais na Guiné-Bissau em 1998 ou o destacamento de Timor de 2000 a 2002. “A força recebeu a denominação de FORREG (Força de Recuperação da Guiné) e foi comandada pelo então Coronel Piloto Aviador Luís Evangelista Esteves de Araújo. A missão estabelecida superiormente foi a evacuação de cidadãos nacionais e de outras nacionalidades, devido à Guerra Civil na Guiné-Bissau. No que respeita à FAP, esta participou com três C-130, um P-3 e um Falcon 50. Os C-130 operaram entre 8 de Junho e 25 de Junho de 1998 e efectuaram o transporte de 1200 refugiados entre Santiago (chegada por via marítima) e o Sal (partida por via comercial). A Operação, denominada Falcão para a componente aérea e Crocodilo para a componente naval contemplou duas fases: primeira (entre 11 e 14 de Junho), com o destacamento sediado em Dakar e a segunda com o destacamento sediado no Sal. O destacamento de C-130 estava pronto para conduzir operações de lançamento de carga aérea sobre a Guiné, que só não se realizaram por falta de autorização do governo da Guiné-Bissau. Os voos de transporte logístico apoiaram também a componente naval e foram transportados elementos dos Grupo de Operações Especiais da Polícia de Segurança Pública, dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras do Ministério dos Negócios Estrangeiros, do INEM e da AML. Foram realizados 12 troços entre Dakar e Cabo Verde; 26 entre o Sal e a Praia e 16 entre Portugal e Cabo Verde, transportando 1550 refugiados. O total de horas de voo ascendeu a 131 e foram transportados 2.035 passageiros e 213 toneladas de carga. No âmbito da UNTAET (United Nations Transitional Administration In East Timor), é formado o destacamento de aviação português, com a missão de efectuar transporte VIP, transporte tático, evacuação médica, evacuação aérea em zona de combate, transporte geral, busca e salvamento e observação e monitorização de fogos. Para o efeito, foram transportados quatro helicópteros Alouette III, da Esquadra 552, atribuída à Base Aérea nº 11, em Beja. Os helicópteros e restante material chegaram a Timor a bordo de um Antonov 124 ucraniano. O destacamento começou a 7 de Fevereiro de 2000 e durou até 31 de Julho de 2002, prolongando-se pelo mandato da UNMISSET. Cada destacamento era constituído por equipas de 31 militares (6 pilotos, 2 recuperadores-salvadores, 15 mecânicos, 1 médico, 1 enfermeiro, 4 operadores de comunicações, 1 de apoio e 1 relações públicas). A Esquadra 552 foi agraciada com diversos louvores pelo Comandante das Forças de Manutenção de Paz em Timor, nomeadamente pelo desempenho durante a Operação Cobra, que decorreu entre 11 de Setembro e 16 de Outubro de 2000, e cujo objectivo era a “limpeza” do distrito de Manufahi da presença de vários grupos de milícias que se tinham introduzido na zona, provocando a fuga das populações para zonas mais seguras. Esta operação conjunta, em que intervieram dois helicópteros, um Alouette III português e um Puma do Exército chileno, em apoio do 2º Batalhão de Infantaria Pára-quedista (BIPARA), responsável pela operação, proporcionou o regresso a suas casas de milhares de deslocados. Os helicópteros portugueses participaram, também, em campanhas de vacinação, dentro de um projecto sanitário. Durante o destacamento foram cumpridas 2.725 horas e 50 minutos de voo, tendo transportado 37.800 Kg de carga, 11.671 passageiros e 19 doentes e ou feridos”. EUGÉNIO, António – A Força Aérea nas Missões de Paz.

[8] TOMÉ, Mário – Jornal Público, 29 setembro 2003.

[9] Desde Abril de 1986 mais de 20.000 militares portugueses participaram em teatros de operações internacionais, contribuindo para uma afirmação da Política Externa do Estado A 1ª operação internacional (pós 25 de Abril) consistiu numa ponte aérea para S. Tomé e Príncipe em apoio das populações locais. FERREIRA, João – Portugal: os conflitos militares dos últimos trinta anos. Para além da cooperação técnico militar com a Comunidade de Países de Língua Portuguesa, as FFAA têm sido empregues em operações da OTAN, da União Europeia e das Nações Unidas, em dispersas áreas geográficas. Na última década tivemos, anualmente, cerca de 1300 militares destacados fora do território nacional, o que correspondeu a um custo anual de 60 milhões de euros. BAPTISTA, Francisco – Portugal e as suas Forças Armadas.

[10] O Espaço Estratégico de Interesse Nacional é, política e militarmente, definido de acordo com as conjunturas. Neste espaço integra-se um Espaço Variável e o Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente. Este compreende o espaço necessário ao desenvolvimento das acções militares de defesa do Território Nacional e dos interesses vitais permanentes. Abrange o Território Nacional; a Zona Económica Exclusiva; o Espaço Interterritorial e o espaço aéreo sob responsabilidade nacional. Retirado do Portal do Ministério da Defesa Nacional. Para maior detalhe consultar Conceito Estratégico de Defesa Nacional, alínea 5.

[11] Tendo em conta o emprego de Poder Aéreo fora do Espaço Estratégico de Interesse Nacional, podemos dividir esforço em: 54%, em operações em África; os Balcãs, com quase 22% dos eventos;



o Médio Oriente com 8%; a Ásia Central com 7%; a Europa, com 6%; a Oceânia com 2% e o Mediterrâneo com 1%. EUGÉNIO, António – op. cit.

[12] ARAÚJO, Luís – Discurso no 55º Aniversário da FAP.

[13] Desde 2004, e de forma rotativa, os países da Aliança efectuam missões de patrulhamento aéreo no espaço aéreo dos 3 países bálticos (Lituânia, Estónia e Letónia). A incapacidade destes países vigiarem e defenderem o seu espaço aéreo motivou o pedido de assistência à NATO.

[14] “Neste novo quadro, o conceito de Segurança regista duas alterações fundamentais. Primeiro, a segurança não é, exclusivamente, a segurança dos Estados. É, também, a segurança das pessoas: é um quadro de Segurança Humana. Segundo, contra riscos, ameaças e conflitos transnacionais, a resposta terá que basear-se, essencialmente, na cooperação internacional: é um quadro de Segurança Cooperativa. E neste quadro, a Defesa Nacional deve ter como objectivos fundamentais, não só capacidade para garantir a Segurança do Estado e dos Cidadãos, mas, também, capacidades para projectar segurança no plano externo e cooperar no quadro dos sistemas de alianças em favor da segurança internacional e da Paz”. Programa do XVII Governo, p.157.

[15] ARAÚJO, Luís – Op. cit..

[16] ARAÚJO, Luís – The right effect at the right place.

[17] A aplicação do Princípio de Pareto pressupõe que 80% das consequências advêm de 20% das causas.

[18] “A Força Aérea é parte integrante do sistema de forças nacional e tem por missão cooperar, de forma integrada, na defesa militar da República, através da realização de operações aéreas, e na defesa aérea do espaço nacional. Compete-lhe, ainda, satisfazer missões no âmbito dos compromissos internacionais, bem como nas missões de interesse público que especificamente lhe forem consignadas.” Decreto-Lei n.º 51/93, de 26 de Fevereiro. Dentro do âmbito do espaço aéreo sob responsabilidade nacional, a Força Aérea executa várias acções segundo três grandes vertentes: a utilização de capacidades específicas na Vigilância e no Controlo nas vertentes da Defesa Aérea e do Policiamento Aéreo; o Patrulhamento e a Fiscalização, visando a preservação do ambiente, a interdição do uso abusivo dos recursos naturais e o combate a actividades clandestinas de cariz transnacional; e a prestação de serviços de Busca e Salvamento em linha com os compromissos internacionais assumidos.

[19] Associamos normalmente a questão da interoperabilidade apenas à vertente tecnológica. No entanto, esta competência de operar de forma efectiva com outros parceiros – apesar de possíveis disparidades em capacidades militares, doutrinas e contextos culturais – estende-se para além da tecnologia e abrange as vertentes sociais e psicológicas que potenciam a colaboração e o trabalho em grupo. WARNE, Leoni [et al.] – The network centric warrior: the human dimension of Network Centric Warfare, p. 21. Podemos então estabelecer vários níveis onde será desejável a obtenção de interoperabilidade: ao nível técnico onde ocorre a conectividade dos sistemas; ao nível do staff onde se partilha informação e material classificado; e ao nível de comando através da partilha de intenção comum, regras de empenhamento e linguagem. AITKEN, Larry – Network Centric Warfare: just another dot.com?, p. 15

[20] ARAÚJO, Luís – The right effect at the right place.

[21] Idem.

[22] O sistema de defesa aérea do EEIN incluirá até 2015: uma componente de Comando e Controlo com capacidade de vigilância radar do território nacional; uma capacidade de aeronaves interceptoras em alerta permanente; um sistema terrestre de defesa anti-míssil; capacidade de patrulhar e vigiar áreas de interesse; garantir o apoio a operações marítimas e terrestres; assegurar uma capacidade de transporte tático e estratégico; capacidade de projectar poder aéreo sob a forma de um destacamento máximo de 12 F-16. Idem.

[23] “Para o efeito a Força Aérea mantém uma infra-estrutura tecnológica, sediada na Academia da Força Aérea que, de forma coordenada com o sistema científico e tecnológico exterior, executa actividades de Investigação e Desenvolvimento com interesse para a Defesa. A estratégia consiste no projecto de meios aéreos não tripulados destinados, fundamentalmente, a servirem de veículos demonstradores de novas tecnologias, de baixo custo relativo e requerendo um mínimo de infra-estruturas de apoio. Nesse âmbito foi desenvolvida a Aeronave Não Tripulada Experimental Militar (ANTEX-M). Tinha em consideração o interesse da comunidade científica, industrial e militar nas aeronaves não tripuladas e representava a primeira tentativa de integração dos resultados de vários

projectos de UAVs em curso no País e no estrangeiro. Presentemente a Força Aérea está na fase final de aquisição do Silver Fox e opera o sistema Micropilot. A operação pela FA do Silver Fox, já utilizado pelos Estados Unidos no Iraque, destina-se ao estudo e validação do conceito do controlo hierárquico de equipas de aeronaves militares não tripuladas semi-autónomas com elevado grau de fiabilidade de missão. A utilização do Micropilot, com um sistema de controlo totalmente configurável pelo utilizador, permite obter experiência no voo autónomo e na metodologia de transferência entre plataformas de sistemas de comando e controlo. Este mini UAV efectuou já os primeiros voos experimentais na Base Aérea nº 1, em Sintra, sendo capaz de efectuar uma rota programada e aterrizar de forma autónoma”. COSTA, António; MATOS, Madrugá; SILVA, Carlos – ANTEX-M.

[24] Uma representação única e idêntica de informação relevante, partilhada por mais do que um comando. Uma IOC ajuda o planeamento colaborativo e assiste todos os escalões na obtenção de consciência da situação. Uma IOC não significa que cada um dos militares no espaço de batalha veja exactamente a mesma coisa, da mesma maneira e ao mesmo tempo. Significa que pelo menos um conjunto de pessoas, tem a mesma informação disponível acerca de factores chave da consciência situacional, de uma maneira tempestiva. O efeito resultante é o desenvolvimento da mesma percepção acerca de uma situação.

[25] O NATO Air Command and Control System tem como função combinar e automatizar ao nível tático o planeamento, tasking e execução de todas as operações aéreas.

[26] EPAF – European Participating Air Forces. A FAP integrou este grupo em 2000, que conjuntamente com os EUA participam no programa de modernização das suas frotas de F-16.

[27] JHMCS – Joint Helmet Mounted Cueing System. “O JHMCS é um capacete de voo que disponibiliza ao piloto, através da projecção de uma imagem na viseira, toda a informação de voo e dos sistemas de armas disponíveis na aeronave”. NVG – Night Vision Goggles. “Equipamento já em operação na FAP há cerca de um ano e que, também ele, veio alargar substancialmente o espectro de missões que passaram a ser possíveis de executar à noite – missões de combate Ar-Ar com um elevado número de aviões, largada de armamento com identificação visual do alvo e missões de Apoio Aéreo Próximo, entre outras – aumentando, substancialmente, a efectividade das missões em ambiente nocturno e reduzindo o risco operacional”. TGP – Targeting Pod. “Sensor essencial para aquisição, identificação e designação de alvos e o emprego de armamento com guiamento de precisão (laser) nos modernos e restritos teatros de operações da actualidade. O TGP, num cenário Ar-Chão permite, ainda, executar missões de vigilância e escolta a forças terrestres (veículos, comboios, navios) e num cenário Ar-Ar aquisição e identificação visual de alvos a distâncias muito superiores às possíveis através da vista desarmada”. PEREIRA, João – Novas capacidades para o F-16MLU. pp. 20-22

[28] Idem. A missão de Apoio Aéreo Próximo (CAS - Close Air Support) é uma acção aérea contra alvos hostis próximos de forças amigas, e que por isso requerem integração detalhada da missão aérea com o fogo e movimento dessas forças. AJP-01(B), p. 7-3. A combinação de forças especiais a cavalo, transmitindo informações através de portáteis e telefones via satélite para guiar aeronaves B-52 sobre alvos taliban, com a precisão devastadora de bombas JDAM (bombas guiadas por GPS) reconfigurou o conceito de CAS. A ligação em rede destes sistemas, incluindo as bombas, permitiu acelerar o processo de selecção e ataque de alvos, concedendo a possibilidade de massificação, precisão, e de fogos em apoio directo às forças amigas. No passado, para obter os mesmos efeitos teria de se recorrer a uma massificação de forças e/ou um bombardeamento massivo, com os indesejáveis danos colaterais e desgaste de meios. VICENTE, João – op. cit.

[29] ARAÚJO, Luís – A visão prospectiva da Força Aérea Portuguesa.

[30] LORENZ, Stephen – Transforming Air Force Education for the Long War and Beyond.

[31] KENNEY, Steven – A educação profissional militar e a emergente Revolução nos Assuntos Militares.

[32] Idem.

[33] Ou como destaca Manuel Castells, a educação permite adquirir a capacidade para redefinir constantemente as especialidades necessárias a determinadas tarefas, assim como o acesso a fontes de aprendizagem. CASTELLS, Manuel – O fim do milénio, p. 465.

[34] Neste domínio realça-se a iniciativa desenvolvida em Outubro de 2006 no Centro de Estudos Avançados da Força Aérea Portuguesa, ao promover mais um curso de Operações Centradas em Rede (Network Centric Operations Short Course) ministrado por uma equipa de peritos do Departamento de Defesa americano, do Office for Force Transformation e da Universidade do

Arizona, a uma audiência de oficiais superiores.

[35] MOREIRA, Adriano – Segurança e Defesa no Ensino Superior, p. 79.

[36] Idem.

#### **64 TEXTOS RELACIONADOS:**

**2012/09/11**

**NOVO MODELO DAS FORÇAS ARMADAS DE TIMOR-LESTE (FALANTIL-FDTL)[1]**

*José Neto Simões[2]*

**2012/02/03**

**CLAUSEWITZ'S PARADOXICAL TRINITY AND THE FAILURE OF NAPOLEON IN PORTUGAL**

*Luís Falcão Escorega[1]*

**2011/11/07**

**OS DESAFIOS ACTUAIS ÀS INFORMAÇÕES MILITARES**

*Rui Vieira[1]*

**2011/05/16**

**CONTRIBUTOS DO PODER AÉREO EM OPERAÇÕES DE ESTABILIZAÇÃO, SEGURANÇA, TRANSIÇÃO E RECONSTRUÇÃO (II PARTE)**

*João Nunes Vicente[1]*

**2011/05/15**

**CONTRIBUTOS DO PODER AÉREO EM OPERAÇÕES DE ESTABILIZAÇÃO, SEGURANÇA, TRANSIÇÃO E RECONSTRUÇÃO (I PARTE)**

*João Paulo Nunes Vicente[1]*

**2010/06/16**

**AS “NOVAS” TAREFAS DAS FORÇAS ARMADAS: LIÇÕES DE VINTE ANOS DE MISSÕES EM ZONAS DE CRISE”[1]**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2010/06/13**

**PODER AÉREO: RECURSO DA MODERNA COERÇÃO MILITAR**

*Mauro Barbosa Siqueira (Brasil)*

**2010/05/15**

**FORÇAS ARMADAS - UMA ESTRATÉGIA DE MUDANÇA[1]**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2010/04/27**

**PODER AEROSPAZIAL BRASILEIRO: DISSUAÇÃO E SEGURANÇA, COERÇÃO COMO MEDIDA EFICAZ À DEFESA NACIONAL**

*Mauro Barbosa Vieira (1) (Brasil)*

**2010/02/19**

**TOWARDS A HOLISTIC VIEW OF WARFARE**

*João Vicente[1]*

**2010/02/16**

**DAS “NOVAS CRISES”: BREVES CONTRIBUTOS PARA A SUA CLARIFICAÇÃO CONCEPTUAL**

*Luís Falcão Escorrega[1]*

**2010/02/12**

**AIRPOWER'S EFFECTIVENESS IN SUPPORT OF NATIONAL POLICY.**

*João Vicente[1]*

**2010/02/07**

**GEORGE KENNEY AND WILLIAM TUNNER: A BRIEF ANALYSIS OF TWO ICONIC AIR LEADERS**

*João Vicente[1]*

**2008/11/05**

**NA PROCURA DO ALVO: A UTILIDADE DA FORÇA**

*Pedro Brito Teixeira[1]*

**2008/06/23**

**AINDA A DEMISSÃO DO SECRETÁRIO E DO CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA USAF**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2008/06/20**

**UMA REFORMA MAL EXPLICADA [1]**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2008/06/09**

**A DEMISSÃO DO SECRETÁRIO E DO CHEFE DO ESTADO MAIOR DA USAF**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2008/04/01**

**A RELEVÂNCIA ESTRATÉGICA DO PODER AÉREO NUMA APROXIMAÇÃO ÀS OPERAÇÕES BASEADA EM EFEITOS[1] (PARTE I)**

*João Vicente*

**2008/02/25**

**A SOMA DE TODOS OS MEDOS?**

*Marcelo Rech[1] (Brasil)*

**2008/02/13**

**AS FORÇAS ARMADAS E O NOVO COMANDO OPERACIONAL CONJUNTO**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2008/02/11**

**REFORMA NECESSÁRIA?**

*João Ferreira Barbosa*

**2007/12/16**

**PARA ALÉM DA GUERRA[1]**

*Sandro Mendonça[2]*

**2007/11/11**

**WAR IN THE XXI CENTURY[1]**

*Francisco Proença Garcia*

**2007/10/03**

**A INDÚSTRIA DE DEFESA – ENQUADRAMENTO GERAL[1]**

*José Silva Cordeiro[2]*

**2007/08/03**

**O CÓDIGO DO SILÊNCIO**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2007/06/28**

**A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DA INDÚSTRIA BRASILEIRA DE DEFESA[1]**

*Marcelo Rech[2]*

**2007/06/18**

**DE COMO OPINAR COM CREDIBILIDADE ACERCA DAS FORÇAS ARMADAS. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

*João Pires Neves[1]*

**2007/06/11**

**AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS FINANCEIROS, OS NÚMEROS E O SEU SIGNIFICADO. (2ª PARTE) (I-A)**

*João Pires Neves[1]*

**2007/06/04**

**AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS FINANCEIROS, OS NÚMEROS E O SEU SIGNIFICADO.**

*João Pires Neves[1]*

**2007/05/30**

**OPERAÇÕES EM REDE. CONTRIBUTOS PARA O SEU ESTUDO[1]**

*João Nunes Vicente [2]*

**2007/05/28**

**AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS HUMANOS E A FORMAÇÃO” (IV)**

*João Pires Neves[1]*

**2007/05/20**

**AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS HUMANOS E A MOTIVAÇÃO (III)**

*João Pires Neves[1]*

**2007/05/14**

**AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS HUMANOS E OS QUADROS DE PESSOAL (II)**

*João Pires Neves[1]*

**2007/05/07**

**AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS HUMANOS E AS NECESSIDADES ORGANIZACIONAIS (I)**

*João Pires Neves[1]*

**2007/04/30**

**AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. A COMPONENTE FIXA E A REESTRUTURAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS (3ª PARTE) (VI-B)**

*João Pires Neves[1]*

**2007/04/20**

**AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. A COMPONENTE FIXA E A REESTRUTURAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS (2ª PARTE) (VI-A)**

*João Pires Neves[1]*

**2007/04/16**

**AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. A COMPONENTE FIXA E A REESTRUTURAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS (1ª PARTE) (VI)**

*João Pires Neves[1]*

**2007/04/09**

**AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SFN E A PROGRAMAÇÃO MILITAR [V-A]**

*João Pires Neves[1]*

**2007/04/02**

**AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SFN E A PROGRAMAÇÃO MILITAR (V)**

*João Pires Neves[1]*

**2007/03/26**

**AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SISTEMA DE FORÇAS (1997), O 11 DE SETEMBRO DE 2001 E O SISTEMA DE FORÇAS (2004) (IV)**

*Autor: João Pires Neves[1]*

**2007/03/19**

**AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SISTEMA DE FORÇAS E A SUA ESTRUTURA ORGANIZATIVA (2ª PARTE) (III.A)**

*João Pires Neves[1]*

**2007/03/12**

**AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SISTEMA DE FORÇAS E A SUA ESTRUTURA ORGANIZATIVA (1ª PARTE) (III)**

*João Pires Neves[1]*

**2007/03/06**

**AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SISTEMA DE FORÇAS NACIONAL, O PLANEAMENTO E AS SENSIBILIDADES (II)**

*João Pires Neves[1]*

**2007/02/27**

**AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SISTEMA DE FORÇAS. A GRANDE REFERÊNCIA. (I)**

*João Pires Neves[1]*

**2007/02/24**

**COMO PODE SER CARACTERIZADA A ACÇÃO DA AL QAEDA NA MATRIZ DA GUERRA SUBVERSIVA (II)**



**PARTE)**

*Serrano, Custódio, Valente, Leal e Alves*

**2007/02/23**

**COMO PODE SER CARACTERIZADA A ACÇÃO DA AL QAEDA NA MATRIZ DA GUERRA SUBVERSIVA (I PARTE)**

*Serrano, Custódio, Valente, Leal e Alves*

**2007/02/21**

**REPÓRTERES DE GUERRA. FORMAÇÃO[1]**

*Paulo Sales Grade*

**2007/02/16**

**AS FORÇAS ARMADAS E O “AMBIENTE NACIONAL” (II)**

*João Pires Neves[1]*

**2007/02/12**

**AS FORÇAS ARMADAS E O AMBIENTE INTERNACIONAL (I)**

*João Pires Neves[1]*

**2007/02/05**

**AS FORÇAS ARMADAS – A “FINALIDADE E A MISSÃO”**

*João Pires Neves[1]*

**2007/02/04**

**OPERAÇÕES BASEADAS EM EFEITOS: O PARADIGMA DA GUERRA DO SÉCULO XXI[2]**

*João Vicente[1]*

**2007/01/29**

**DE COMO OPINAR COM CREDIBILIDADE ACERCA DAS FORÇAS ARMADAS**

*João Pires Neves[1]*

**2006/11/23**

**LAS GUERRAS QUE NOS VIENEN**

*Miguel Fernández y Fernández [1]*

**2006/10/26**

**O DIREITO À GUERRA JUSTA[2]**

*João Vicente[1]*

**2006/10/22**

**TENDÊNCIAS DAS COMPONENTES TERRESTRES DAS FORÇAS ARMADAS**

*Miguel Moreira Freire*

**2006/10/19**

**A UTILIDADE DA FORÇA. A ARTE DA GUERRA NO MUNDO MODERNO[1]**

*Miguel Moreira Freire*

**2006/07/30**

**LA OTAN Y LA TRANSFORMACION[1]**

*Miguel Fernández y Fernández (Alm. da Marinha de Espanha)*

**2006/05/25**

**FORMACION Y TRANSFORMACION MILITAR**

*Miguel Fernández y Fernández[1]*

**2006/01/26**

**CONSIDERAÇÕES SOBRE O PODER AERO-ESPACIAL**

*António de Jesus Bispo*

**2006/01/17**

**O EMPREGO DO PODER NAVAL NO SÉCULO XXI**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2005/09/02**

**MILITARY POWER**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2004/12/21**

**OS MODERNOS PENSADORES DO PODER AÉREO**

*Eduardo Silvestre dos Santos*

**2004/04/23**

**CONTRIBUTOS PARA O EMPREGO DO BATALHÃO DE INFANTARIA NA LUTA CONTRA-SUBVERSIVA  
ACTUAL**

*Francisco Proença Martins com ...*

**2004/04/04**

**DISSUAÇÃO OU PREVENÇÃO?**

*Alexandre Reis Rodrigues*